

SUMÁRIO

Capítulo I – Da Prescrição e da Decadência	1
1. O efeito do decurso do tempo sobre os direitos subjetivos	1
2. Prescrição e decadência	2
Capítulo II – Da Prescrição	5
3. A prescrição como extinção da pretensão	5
4. Visão histórica	9
5. Não é o direito que prescreve	12
6. Fundamento da prescrição	15
7. Prescritibilidade e imprescritibilidade	18
8. Sobre a imprescritibilidade da ação reivindicatória	23
9. A prescrição como evento próprio das pretensões patrimoniais	25
10. Requisitos da prescrição	26
11. A má-fé não é requisito da prescrição	27
12. Contagem do prazo prescricional	28
12.1. A <i>actio nata</i> no direito brasileiro e no STJ	30
12.2. A contagem do prazo nos diversos tipos de obrigações	35
12.3. Alguns julgados do STJ e do TJMG sobre o tema	38
12.4. Prazo para propositura da anulatória	54
12.5. Ônus da prova	55
13. Efeitos da prescrição	55
14. Ação, pretensão e exceção	57
15. Prescritibilidade das exceções	59
16. Direito comparado	61
Capítulo III – Da Renúncia à Prescrição	63
17. Renúncia à prescrição	63
18. Renúncia expressa e renúncia tácita	66
19. Capacidade para renunciar à prescrição	68
20. Efeito da renúncia	69
21. Renúncia prejudicial a terceiros	70
22. Ação do terceiro prejudicado	71

Capítulo IV – Das Regras sobre Prazo e Momento de Invocação da Prescrição ...	73
23. Natureza das regras que fixam os prazos de prescrição	73
24. A inderrogabilidade dos prazos prescricionais no direito brasileiro	73
25. Momento de exercer a exceção de prescrição	74
26. Arguição em recurso extraordinário ou especial	78
27. Prescrição da execução	79
27.1. Prescrição na fase de liquidação de sentença	81
27.2. Prescrição da execução individual de sentença coletiva em ação civil pública	82
28. Prescrição da execução civil da sentença penal	83
29. Acolhida judicial da prescrição <i>ex officio</i>	85
30. Declaração <i>ex officio</i> da prescrição intercorrente em execução fiscal	87
31. A indisponibilidade dos direitos do absolutamente incapaz reconhecida pelo art. 194 do CC/2002	87
32. Arguição pelo Ministério Público	88
33. Arguição pelo curador	88
34. A reforma do Código de Processo Civil de 1973 diante do sistema de prescrição do direito material	89
35. A necessidade de um esforço de interpretação sistemática para compatibilizar a regra processual de 1973 com a matriz da prescrição construída pelo direito material	91
36. O resultado a ser obtido por meio das técnicas da hermenêutica sistemática e teleológica	98
37. Um grave equívoco ideológico cometido pelo legislador reformador	104
38. Conclusões recomendáveis em face da revogação do art. 194 do Código Civil	107
Capítulo V – Da Responsabilidade Civil pela Ocorrência da Prescrição	109
39. Responsabilidade civil do assistente dos relativamente incapazes	109
40. Os absolutamente incapazes	110
41. Relativamente incapaz que não tem representante legal	111
42. Representante de pessoa jurídica	111
43. A prescrição em face dos sucessores	112
44. Prescrição a favor do sucessor	113
Capítulo VI – Das Causas que Impedem ou Suspendem a Prescrição	115
45. Obstáculos ao curso da prescrição	115
46. As causas de impedimento ou suspensão	115
47. A suspensão da prescrição por força maior	116

47.1.	A suspensão e o impedimento da prescrição durante a pandemia do coronavírus (Lei nº 14.010/2020)	118
48.	A prescrição e o dolo ou coação contra o titular da pretensão.....	119
49.	Impedimento ou suspensão por causas subjetivas bilaterais	120
50.	Cônjuges	120
51.	Cônjuges separados	122
52.	Ascendentes e descendentes.....	123
53.	Tutela e curatela	124
54.	Impedimento ou suspensão subjetiva unilateral	124
55.	Os absolutamente incapazes.....	125
55.1.	Os curatelados impossibilitados de manifestar a vontade	128
55.2.	Prazos decadenciais.....	130
56.	Os ausentes do País.....	130
57.	Serviço de guerra	131
58.	Impedimento objetivo da prescrição	131
59.	Condição suspensiva.....	132
60.	Prazo vencido.....	134
61.	Evicção	135
62.	A ação civil e a ação penal.....	136
63.	Os credores solidários e a suspensão da prescrição	139
Capítulo VII – Das Causas que Interrompem a Prescrição		141
64.	Interrupção da prescrição.....	141
65.	Causas naturais de interrupção	142
66.	Oportunidade da interrupção.....	142
67.	Unicidade da interrupção.....	143
68.	Causas de interrupção.....	146
69.	Citação ou ajuizamento da ação	147
70.	Dinâmica da interrupção da prescrição por meio da citação.....	148
70.1.	Regras processuais a observar.....	150
70.2.	Prazos do CPC.....	151
70.3.	Suprimento da citação	153
70.4.	Extinção do processo sem resolução do mérito	153
70.5.	Citação pessoal	155
70.6.	Citação e mora pré-constituída	156
70.7.	Alguns julgados do STJ sobre interrupção da prescrição pela citação	158
71.	Protesto judicial	162
72.	Protesto cambial	163
72.1.	Interpleção extrajudicial.....	164

73.	Apresentação do título de crédito em juízo sucessório	165
74.	Apresentação do título de crédito em concurso de credores	166
75.	Ato judicial de constituição em mora do devedor	167
76.	Reconhecimento do direito pelo devedor	170
77.	Retomada da prescrição.....	172
78.	Processo anulado ou extinto sem resolução de mérito.....	173
	78.1. Quando a citação não interrompe a prescrição.....	176
	78.2. Liminar que inibe a ação do credor	177
79.	Prescrição intercorrente.....	177
	79.1. A prescrição intercorrente e o Código de Processo Civil de 2015	179
	79.2. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015	183
	79.3. Prescrição intercorrente e morte do credor	184
80.	Legitimação para promover a interrupção da prescrição	187
81.	Limites subjetivos da interrupção da prescrição	188
82.	Obrigações solidárias	189
83.	A morte do devedor solidário.....	190
84.	Fiador	191
85.	Litisconsórcio necessário e interrupção da prescrição	193
86.	Limites objetivos da interrupção	195
Capítulo VIII – Dos Prazos da Prescrição. Generalidades		197
87.	Inovações	197
	87.1. A prescrição e o Código de Defesa do Consumidor	198
	87.2. Particularidades da prescrição e da decadência, em matéria de responsabilidade civil, segundo o Código de Defesa do Consumidor.....	200
	87.3. A prescrição na arbitragem e mediação	204
88.	Regime da prescrição do crédito tributário	207
	88.1. O regime da prescrição em face da execução fiscal	209
89.	O regime da prescrição em relação aos créditos trabalhistas	212
	89.1. Prescrição e decadência em relação aos créditos de relação de trabalho.....	212
	89.2. Regra geral dos prazos prescricionais.....	213
	89.3. Prescrição relativa a acidente de trabalho	214
	89.4. Prescrição relativa às verbas de FGTS	215
	89.5. Prescrição total ou parcial, em caso de prestações sucessivas	216
	89.6. Interrupção da prescrição	217
	89.7. Prescrição intercorrente	218
90.	A prescrição e o direito intertemporal.....	219

90.1.	A necessidade de submeter-se aos princípios básicos do direito intertemporal	223
90.2.	Compatibilização do art. 2.028 com o princípio da irretroatividade das leis	224
Capítulo IX – Dos Prazos de Prescrição no Código Civil.....		227
91.	Prazo ordinário de prescrição	227
92.	Ações reais e ações pessoais	228
93.	Responsabilidade contratual	231
93.1.	Alguns julgados do STJ sobre descumprimento contratual	235
94.	Cálculo do prazo.....	238
94.1.	Definição do termo inicial	239
95.	A redução da prescrição e o direito intertemporal	240
96.	Prescrição anual	242
97.	Hospedeiros e fornecedores de víveres para consumo no próprio estabelecimento	242
98.	Contrato de seguro	243
98.1.	Seguro de responsabilidade civil	244
98.2.	Prescrição em face do terceiro beneficiário do seguro.....	246
98.3.	Seguro em grupo	247
98.4.	Comunicação do sinistro ao segurador e o começo da fluência da prescrição	247
98.5.	O posicionamento do STJ sobre o tema.....	249
98.6.	Prescrição diferente na previsão do CDC e do CC.....	250
98.7.	Evolução da jurisprudência sobre a contagem da prescrição em caso de seguro	251
98.8.	A prescrição do contrato de seguro e o Código de Defesa do Consumidor	255
98.9.	Alguns julgados do STJ sobre o tema de seguros.....	256
99.	Custas, emolumentos e honorários.....	261
100.	Perito avaliador	262
101.	Liquidação da sociedade.....	263
102.	Pensão alimentícia.....	264
102.1.	Pensão alimentícia solvida por terceiro.....	265
102.2.	Pensão alimentícia decorrente da prática de ato ilícito	266
103.	Aluguéis de imóveis.....	266
104.	Rendas temporárias ou vitalícias	267
105.	Juros, dividendos e prestações acessórias.....	268
105.1.	Correção monetária	271
106.	Enriquecimento sem causa.....	271

107.	Repetição de indébito	272
107.1.	Visão pretoriana moderna do enriquecimento sem causa	273
107.2.	Observações conclusivas	275
107.3.	Alguns julgados do STJ sobre o tema	276
108.	Reparação civil do dano <i>ex delicto</i>	284
108.1.	Responsabilidade indenizatória do Poder Público e de exploradores de serviços públicos.....	286
108.2.	Dano ocorrido durante a relação trabalhista.....	287
109.	Restituição de lucros ou dividendos indevidos	288
110.	Pretensões derivadas de violação da lei ou dos estatutos sociais	289
110.1.	Fundadores da sociedade anônima.....	289
110.2.	Administradores e fiscais	290
110.3.	Liquidante.....	291
111.	Títulos de crédito.....	291
111.1.	Títulos cambiários e cheque.....	292
111.2.	Debêntures	296
112.	Beneficiário do seguro	297
113.	Prescrição entre tutor e pupilo.....	299
114.	Dívidas líquidas documentadas.....	300
114.1.	Jurisprudência do STJ sobre o tema.....	301
115.	Profissionais liberais, procuradores judiciais, curadores e professores.....	303
115.1.	Honorários advocatícios.....	304
116.	Recuperação das despesas processuais	306
Capítulo X – Da Prescrição em Face da Fazenda Pública e dos Contratos Regulados por Leis Especiais.....		307
117.	Fazenda Pública, entidades paraestatais e concessionários de serviços públicos.....	307
117.1.	Prescrição de reparação por desapropriação indireta	313
117.2.	Reparação ao erário.....	316
117.3.	Ação de indenização contra a Administração Pública.....	324
117.4.	Prescrição dos benefícios previdenciários	328
118.	Prazos de prescrição aplicados a contratos regulados em lei especial.....	328
Capítulo XI – Da Decadência.....		331
119.	O regime velho.....	331
120.	O regime do atual Código Civil.....	331
121.	A virtude da solução encontrada pelo Código Civil	334
122.	Conexão do direito material com o direito processual.....	335
123.	Fundamento da decadência	337

124.	Direito intertemporal.....	337
125.	Decadência e direito adquirido	338
126.	A fatalidade do prazo de decadência	340
127.	O termo final do prazo de decadência.....	342
128.	A decadência no âmbito do direito processual.....	352
	128.1. Prescrição e decadência nas relações de consumo.....	356
129.	Prejuízos de incapazes por culpa dos representantes legais.....	359
130.	Decadência e pessoa jurídica	360
131.	Renúncia da decadência	361
132.	Decretação da decadência <i>ex officio</i>	363
133.	Decadência convencional.....	365
134.	Julgamento de improcedência liminar do pedido.....	365
135.	Alguns julgados do STJ relativos ao prazo de decadência	366
	Índice Alfabético-Remissivo	373
	Índice Onomástico	385
	Bibliografia.....	391